



**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE – SOESA
FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA – FERA
ARACAJU – SERGIPE**

JOSÉ CLEYTON SILVA DA ROCHA

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: Uma revisão Bibliográfica**

**ARACAJU – SE
2018**

**FACULDADE DE ENSINO REGIONAL ALTERNATIVA – FERA
ARACAJU – SERGIPE**

JOSÉ CLEYTON SILVA DA ROCHA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: Uma revisão Bibliográfica**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado – AEE da Faculdade de Ensino Regional Alternativa – FERA de Aracaju – SERGIPE.

Orientador: Prof.^o Me. Demerson Pereira de Moura Tavares.

**ARACAJU – SE
2018**

JOSÉ CLEYTON SILVA DA ROCHA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: Uma revisão Bibliográfica**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado – AEE da Faculdade de Ensino Regional Alternava – FERA de Aracaju – SERGIPE.

Orientador: Prof.º Me. Demerson Pereira de Moura Tavares.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Me. Demerson Pereira de Moura Tavares
Faculdade de Ensino Regional Alternava – FERA de Aracaju – SERGIPE

Prof.
Faculdade de Ensino Regional Alternava – FERA de Aracaju – SERGIPE

Prof.
Faculdade de Ensino Regional Alternava – FERA de Aracaju – SERGIPE

INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ESCOLAR: Uma revisão Bibliográfica

José Cleyton Silvada Rocha¹

RESUMO

Um desafio a ser superado é a inclusão das crianças com necessidades especiais nas aulas de educação física escolar. Este artigo apresenta uma análise das implicações do desenvolvimento motor e das principais dificuldades pedagógicas intrínsecas ao equilíbrio em surdos. Para a metodologia baseia-se em revisões de literaturas acadêmicas, numa revisão bibliográfica que consiste na procura de referências teóricas para análise do problema de pesquisa e a partir das referências publicadas fazer as contribuições científicas ao assunto em questão. Conclui-se que, as aulas práticas de educação física contribuem beneficentemente no desenvolvimento motor em surdos, com exceção, a ausência de estrutura adequada na escola, a desatenção na formação contínua dos educadores e de uma especialização nas áreas afins e o descumprimento com relação a execução do planejamento pedagógico da escola, são fatores adjacentes que se contextualizados se tornam norteadores no processo de inclusão e no desenvolvimento motor em surdos.

Palavras Chaves: Educação física escolar. Inclusão. Surdez.

ABSTRACT

The challenge of being overcome is an inclusion of children in physical education classes. This article presents an analysis of the implications of the development of the main pedagogical competences on the areas of balance in the deaf. It is based on reviews of academic bibliographies, it is a bibliographical review that consists in the search of theoretical references for analysis of the research problem and from the references made to make the scientific sciences to the subject in question. It is concluded, as practical physical education classes, that contribute positively to the development of a system of education in progress, with a lack of adequate structure in the school, a training in the education of educators and a specialization in the related areas and the noncompliance with regarding the execution of the pedagogical planning of the school, are adjacent factors that are contextualized become guiding in the process of inclusion and not motor development in the deaf.

Keywords: School physical education. Inclusion. Deafness.

¹Pós-Graduado em Atendimento Educacional Especializado – AEE pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa – FERA, Aracaju, SE, Brasil. Pós-Graduado em Fisioterapia em Gerontologia pela Universidade Estácio de Sá, Aracaju, SE, Brasil. Pós-Graduado em Saúde do Idoso e Gerontologia pela Faculdade UNYLEYA, Aracaju, SE, Brasil. Graduado em Educação Física Licenciatura pela Faculdade Estácio FASE de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil. E-mail: cleytonrocha_tr@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um processo que desenvolve laços com o intuito de garantir no que preza para harmonizar os fatores intrínsecos necessários à sua implementação no sistema educacional. Devendo de alguma maneira reformular a tese diante da reflexão sobre a educação e o seu verdadeiro papel a respeito da inclusão na contemporaneidade nas aulas de Educação física escolar.

Vivemos numa época assistida pela diversidade, as quais permeiam fatores que impossibilitam a sua promoção, a educação inclusiva é um processo que depende da estrutura pactuada pelas políticas públicas, família, escola, pelo corpo docente e pela sociedade.

Acolher com apreço as limitações e levar em consideração a sua promoção com a finalidade de romper barreiras, é uma proposta de caráter primordial para a ascensão no referido processo de incluir pessoas e suas peculiaridades em vários ambientes socializados sem restrição. Nas aulas práticas, a inclusão dessa população gera desafios ao processo de ensino-aprendizagem voltado ao aluno que logo representa um estudante. No contexto educacional, a comunicação é um dos fatores primordiais para o seu desenvolvimento.

A escola se apresenta como um importantíssimo papel, nesse contexto, a Educação física é uma disciplina significativa na formação do indivíduo, que objetiva despertar nos alunos o interesse de envolver-se nas atividades e exercícios, como também, interagir e respeitar das diversidades, prezando sempre pela promoção, interação e a socialização entre esses dois grupos.

A partir desses preceitos, pretende-se enfatizar a inclusão de alunos com surdez nas aulas de Educação física escolar, numa revisão bibliográfica. A surdez ou deficiência auditiva significa a perda parcial ou total da audição. As causas que predispõe a uma surdez deve-se a congênita, onde a pessoa já nasce com a patologia ou adquirida, quando há interferência de algum agente externo, podendo ser, ruído excessivo, traumatismo crânio encefálico e outras.

Para entender as possíveis respostas deste questionamento, foi definido como objetivo geral: compreender a inclusão de alunos com surdez nas aulas de Educação física escolar, numa revisão bibliográfica. Referente aos objetivos específicos: Distinguir as políticas públicas de inclusão, classificar as competências e habilidades diante a formação do professor para a Educação Inclusiva, especificar

a Educação inclusiva e a Educação física, destacar os Desafios entre o aluno surdo e a Educação física, relacionar as orientações metodológicas para a Educação física inclusiva.

Para a metodologia “numa perspectiva crítica-analítica, de acordo com o levantamento de dados e as fontes de informações” (GIL, 2002; SANTOS, 2004; VERGARA, 2007) “para uma pesquisa bibliográfica e documental”. Segundo Tozoni-Reis (2009) “em outras palavras, quando os dados coletados são oriundos da “própria bibliografia”, significa que a técnica utilizada para a elaboração do tema em desenvolvimento é a pesquisa quantitativa.”

Dessa forma justifica-se fundamentalmente na convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência dentro da cultura educacional brasileira, CF/1988 art. 205 “A educação e direitos de todos [...]” no III “Atendimento Educacional Especializado [...]”, art. 8º da lei 13.146/15 “[...] à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos [...]”.

Políticas Públicas de Inclusão

A inclusão é o conjunto de ações determinantes com objetivos pessoal ou coletivo, de incluir pessoas sem exceção em um determinado sistema, independentemente de etnia, cor, raça, condições físicas, psíquica ou social. De acordo com os parâmetros, as práticas de inclusão são destinadas a benefícios no sentido de oferecer oportunidades ao acesso igualmente a todos sem distinção.

A lei 13.146 Lei Brasileira de Inclusão – LBI, no seu 2º art. “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2015). Para essas quatro limitações e determinado que “na qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Nas Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDBEN na lei 9394/1996 no art. 58 “Entende-se por Educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência [...]” (LDBEN, 2017, p. 39).

De acordo com a LDBEN, lei 9.394/1991 no art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana,

no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. O viés da educação é amplo e permeia em várias dimensões (LDBEN, 2017, p. 10).

No art. 2º da lei 9394/1991 “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDBEN, 2017, p. 10).

A inclusão engloba vários fatores e ações, de forma coletiva ou individual com intenções de institucionalizar o indivíduo numa série de situações no sentido de fazer valer os seus direitos de forma igualitária. De acordo com a LDBEN no seu art. 8º da lei 9394/1991, cabe ao estado, sociedade e a família:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (LDBEN, 2017, p. 11).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015 no seu artigo 3º para fins de aplicação desta lei consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (LBI, 2015, p. 20).

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) no Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC no 45/2004)” (CF, 1988, p. 13).

Para a inclusão, sua limitação plena e efetiva enquanto sujeito aos direitos e deveres. De acordo com a declaração de Salamanca (1994) “propôs o paradigma da

inclusão social, afirmando a necessidade, o comprometimento, com a eliminação das barreiras que vêm excluindo uma parcela considerável da população mundial: as pessoas com deficiência física, sensorial e mental” (SALAMANCA, 1994).

De acordo com Sasaki (2003) inclusão “é um processo de mudança do sistema social comum, para acolher toda a diversidade humana. Para a maioria das pessoas, quando se fala em inclusão, muitas vezes pensa-se no aspecto de uma pessoa que estava excluída ser "colocada dentro", para não ser marginalizada, discriminada” (SASSAKI, 2003).

Característica da surdez

Ferreira (1994); Adams (1985) enfatizam que “a deficiência auditiva caracteriza-se pela perda total ou parcial na condução ou percepção de sinais sonoros”. Segundo Ferreira (1994) apud Cidade; reitas (2002):

De acordo com a localização da lesão, a surdez se classifica em condutividade e neurosensorial. Surdez condutiva se localiza no ouvido externo e/ou médio e é a perda da capacidade de perceber o som. Dependendo do local da lesão, poderá ser afetado também o aparelho vestibular, que é responsável pelo equilíbrio (FERREIRA; 1994 apud CIDADE; FREITAS, 2002, p.53).

A surdez pode ser congênita, nas fases pré-natal e perinatal (durante a gestão ou no parto), adquirida ao longo da vida, fase pós-natal. Perinatais surgem durante a gestação (doenças hereditárias), do meio ou má-formação do bebê e em decorrência de dificuldades no momento do parto. Doenças ou traumatismos ocorridos durante as diversas fases de desenvolvimento levando a adquirir deficiência, causas pós-natal.

De acordo com Oliveira (1994) apud Ferreira (1994); Adans (1985):

As causa mais comuns do surgimento da surdes são: Pré-natais: componentes hereditários, rubéola materna, toxoplasmose, herpes zoster, incompatibilidade Rh, sífilis, ingestão de determinados medicamentos (durante a gestação), perinatais: anóxia, hipóxia, prematuridade, traumatismos obstétricos, icterícia neonatal (no parte) e pós-natais: meningite, sarampo, traumatismo craniano, encefalite (OLIVEIRA, 1994 apud FERREIRA, 1994; ADANS, 1985).

Conseqüentemente a perda auditiva pode ser classificada em leve, moderada, grave e profunda quando não há o cumprimento aos níveis mínimos em decibéis – dB:

Leve: perda auditiva entre 40 e 60 db. As pessoas percebem a voz real, porém escapam alguns elementos fonéticos, Moderada: perda auditiva entre 60 e 70 db. As pessoas ouvem somente as vozes altas e existem consideráveis dificuldades de audição, Grave: perda auditiva entre 70 e 90 db. As pessoas não podem ouvir a voz, mas percebem sensações auditiva e Profunda: quando as pessoas tem uma perda acima de 90 db. Uma aplicação pedagógica precoce pode minimizar os problemas de aquisição e uso da linguagem oral (OLIVEIRA, 1994 apud FERREIRA; ADANS, 1985).

Para Perlin (1998); Wrigley (1996) “as pessoas surdas podem apresentar comportamentos que se diferenciem de acordo com o tempo de aquisição da surdez e o contexto em que estão inseridos”. Segundo a concepção de Perlin (1998) “os surdos possuem comportamentos que se aproximam, formando grupos distintos”. Segundo Falkenback; Santos (2010):

O direito a educação fundamenta-se no preceito de que todos devem ter as mesmas possibilidades de desenvolver suas capacidades para alcançar independência cultural, política e econômica e integrar-se plenamente na vida social. O processo de aprendizagem tem que ser permanente, é o desafio de aprender, e de forma seres aptos para a vida social (FALKENBACK; SANTOS, 2010, p. 120).

Para Diehl; Ferreira (2001) apud Diehl (2008) “fato creditado á falta de estímulo adequado”. O processo de inclusão é de extrema importância, como justifica os autores Falkenback; Ferronato; Wagner (2010):

Pessoas portadoras de deficiência (PPDs) comumente sofrem muitas perdas ao longo de suas vidas. Perdas ocupacionais, físicas, afetivas e sociais que reforçam o processo de exclusão, derivado da discriminação, do preconceito, dos estereótipos e da pouca tolerância que a sociedade tem diante desses cidadãos (FALKENBACK; FERRONATTO; WAGNER, 2010, p. 137).

Para Cidade; Freitas (2012) apud Lafon (1989, p. 52) A educação permite a recepção de estímulos sonoros. “Uma boa parte do que conhecemos nos chega por via auditiva, proporcionando a informação do meio de orientação para uma atuação independente. Toda a alteração da percepção dos sons, qualquer que seja o grau, denominado surdez, e surdo é aquele que por ela é atingido”.

Formação do Professor para a Educação inclusiva

É uma temática bastante abrangente e complexa, para a sua efetivação, necessita de cooperação e requer adaptação ao planejamento didático e dos procedimentos pedagógicos, é fundamental que a base pedagógica, atentos as competências se conscientizem que a formação inicial é contínua e primordial.

De acordo com a declaração de Salamanca (1994) “Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”. É de considerar todas as demandas da diversidade, suas implicações pedagógicas no sentido de aceitar, respeitar e de valorizar as diferenças no processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Mendes (2004) “Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática” (MENDES, 2004, p. 227). Ressaltando Prieto (2006, p. 56) “Destaca como fundamental uma reflexão sobre a formação de docentes no contexto da educação inclusiva”.

Fundamenta-se a formação dos professores, em consideração a contextualização global da inclusão sobre a atuação intrínseca as habilidades e competências necessárias. É fundamental que o formato prático da atuação regre os limites e superem os obstáculos no sentido de desenvolver um posicionamento crítico-analítico.

De acordo com Mazzotta (1993) destaca que o educador deve “[...] adquirir primeiro, o saber geral comum a todos os alunos, depois, o saber particular que diz como sua profissão (e compreende grande parte de habilidade), e, enfim, exerce-se em sua atividade profissional” (MAZZOTTA, 1993, p. 34-35).

Segundo Freitas (2006 p. 173) “Deve-se ocorrer na ótica da Educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional”. Segundo Freitas; Mazzotta (2006) “A formação profissional deve partir da formação geral, que vai do comum até a especialização”.

Devendo se tratar de um processo contínuo em constante desenvolvimento. Freitas (2006) destaca também que “A formação dos professores deve possuir

programas/conteúdos que possibilitem formar um profissional capaz de desenvolver habilidades para agir em situações diferentes, considerando a diversidade e a heterogeneidade dos alunos e a complexidade da prática pedagógica”.

Portanto, de acordo com o art. 16 da CNE/CP, Resolução nº 02/2015:

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolvem atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (CNE/CP, Resolução nº 02/2015, p. 13).

No art. 59 da Lei 9394/1996 da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDBEN nos parágrafos III, IV e V:

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDBEN, 2017, p. 40).

Considera-se, portanto, que o processo de inclusão envolve vários fatores, contextualizando, está atrelado ao desempenho do corpo pedagógico, as moldagens e adaptações da estrutura física da instituição, as políticas públicas aplicadas, o reconhecimento e a atuação da família e da sociedade. Para alicerçar a inclusão as suas prerrogativas, as competências e as habilidades atribuições, é pertinente a atuação do professor. De acordo com Moreto (2007):

A inclusão das pessoas com deficiência na vida escolar e social supõe uma profunda mudança na maneira de pensar do professorado e uma mudança no conteúdo e nos estilos de ensinar. No caso das disciplinas das quais falamos, a educação física e o esporte devem ser considerados dentro do currículo como matérias formativas e não complementares (MORETO, 2007).

É necessário refletir sobre os fundamentos e suas perspectivas mediante a Educação inclusiva, haja vista que para a inclusão escolar tem que ser entendida de forma global, além das idéias tradicionalmente apontadas, promover adaptações na

infra-estruturar, no currículo pedagógico e a formação contínua dos professores. Para SCHWARTZMAN (2003):

Os professores desempenham um papel fundamental na identificação e encaminhamento das crianças com necessidades educacionais especiais, e as escolas de ensino regular, entendendo que, quando a criança frequenta a escola regular, ela será desafiada constantemente, de modo a obter resultados mais satisfatórios e ampliar seu e desenvolvimento (SCHWARTZMAN, 2003).

Dessa forma para Guebert (2007) considera-se que devemos “Valorizar a pessoa com necessidades educativas especiais enquanto um ser humano normal dotado de sentimentos, de desejos e de elaborações mentais” (GUEBERT, 2007, p. 37).

Educação inclusiva e a Educação física

Para o perfil do professor de Educação física diante do contexto da inclusão do aluno com surdez, lhes são atribuídos as habilidades e competências com a finalidade de empreender a criatividade sobre adaptações, comprometido com o papel da Educação física quanto à formação do cidadão. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998) a Educação Física é assim conceituada:

[...] entende-se a Educação física como uma área de conhecimento da cultura corporal [...] e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1998, p. 29).

Portanto, espera-se que o professor desperte com clareza todo processo educativo. Segundo Betti (1992) “irá produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, qualificando-o para desfrutar os jogos, os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas e práticas de aptidão física, em proveito do exercício crítico dos direitos e deveres do cidadão para a benfeitoria da qualidade de vida humana”.

Nesse sentido, o professor de Educação física deverá superar a perspectiva de reconhecimento, no sentido de agregar o aprendizado a metodologia aplicada, englobando outras temáticas as quais despertem no cotidiano, possibilidades de

intervenção à diversidade vivenciada. Para a inclusão, é necessário erguer uma abordagem que promova os princípios constitucionais do direito, da cidadania e da dignidade. Para as questões da diversidade, as características adotadas pelo professor de Educação física, de acordo com Fonseca (1995 p. 45) são competências que o professor de ensino especial deve demonstrar:

Para avaliar as necessidades educacionais específicas da criança; Para planificar curricularmente as seqüências de aprendizagem; Para utilizar métodos pedagógicos reeducativos, reabilitativos ou compensatórios, bem como técnicos e materiais didáticos apropriados ao estilo de aprendizagem das crianças; Para usar a informação contida na avaliação de outros profissionais (médicos, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, consultores, especialistas etc.); Para desenvolver prescrições educacionais em termos de comportamento que satisfaçam as necessidades intra-individuais identificadas; Para selecionar técnicas e materiais que implementem um programa educacional individualizado; Para criar recursos pedagógicos, gerilos e administrá-los adequadamente; Para realizar avaliações contínuas (pré-programas); Para efetuar relatórios evolutivos e cumulativos; Para recomendar mudanças apropriadas no fim ou durante o programa, através de reavaliações periódicas; Para abordar e integrar os pais e outros colegas no processo educacional da criança (FONSECA, 1995, p. 42).

Dessa forma, o contexto da Educação inclusiva é bastante amplo e diversificado, o empenho do professor juntamente com a instituição, se torna preponderante no processo de inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação física. O trabalho em conjunto é referência e significativo para a promoção dos procedimentos de inclusão, não somente nas aulas de Educação física, mas é necessário sensibilizar os demais docentes para atuar com eficácia sobre essa causa.

Desafios entre o aluno surdo e a Educação física

Torna-se um desafio para a educação e seus protagonistas, as dificuldades e os problemas iminentes são constantes apresentadas e de imediato demandam soluções. Nesse caso o professor devera está atento as necessidades deparadas. Segundo Cavalcante (2005) “A Educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção, além de ser possível a interação com o outro. Na inclusão, todos da sociedade participam, cada qual com suas diferenças” (CAVALCANTE, 2005).

Segundo Caputo; Ferreira (2000, p. 49) “a inclusão tem sido objeto de preocupação dos profissionais de Educação física; dos órgãos governamentais e

universidades no que diz respeito à formação de recursos humanos para atuar junto a esse público”.

Por outro lado, “o desafio da inclusão, mais do que definir termos é a busca da reforma do sistema educacional, para que a mesma possa responder a uma infinidade de necessidades educativas especiais” (MITTLER, 2008). São vários fatores que integram a inclusão social. De acordo com PCN’s (1997):

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (PCN’S, 1997, p.31).

Além do mais, a escrita sendo utilizada em excesso por alguns professores em sala de aula, gera uma dificuldade no aprendizado dos alunos surdos. De acordo com Alves; Sales; Moreira (2013, p. 201) ressalta que:

A fala e a escrita excessiva do professor em sala e o uso de vocabulários muito rebuscados acabam dificultando o entendimento dos conteúdos por parte dos alunos e principalmente dos alunos com surdez, que têm em seu contexto social a língua de sinais brasileira como língua materna e que possui uma estrutura gramatical diferente da língua portuguesa – a língua oral (nesse caso o português) utilizada no seu país que é de difícil aprendizagem por eles (ALVES; SALES; MOREIRA, 2013, p. 201).

A respeito do intérprete, Kozlowski, (1997, p. 01) admite que “a leitura labial é um processo muito complexo”. Pois é a partir do processo visual que é possível entender o sentido da mensagem, onde o leitor labial obtém as informações através dos lábios e principalmente das expressões faciais do locutor. Segundo Miranda (1999, p. 131) “as dificuldades decorrentes da deficiência, enfrentadas pela criança no seu processo de desenvolvimento, são o primeiro estímulo para que ela supere”.

Estímulo este, que a família tem papel importante para sua superação, principalmente com o auxílio dos pais, fazendo com que eles não se sintam inferiores e mostrando aos mesmos que eles têm a mesma capacidade de fazer o que os demais ouvintes fazem. Há problemáticas inconstantes quanto à inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação física, de acordo com Soler (2009) lembra que:

Na educação física em especial, é muito comum depararmos com uma total falta de interesse, pois a alegação principal é de que essas crianças não

podem passar determinado ponto, e assim elas ficam marginalizadas e excluídas de muitas atividades (SOLER, 2009, p. 149).

De acordo com Vambommel (2010) que destaca problemáticas existentes nas aulas práticas de Educação física:

Um dos maiores entraves entre surdos e ouvintes é a barreira de comunicação estabelecida pela língua e cultura. Ouvintes, já pela própria cultura, sociedade interpretam que a comunicação deve se dar pela oralidade, pelas formas ouvintes sem esta não há comunicação, para os surdos a comunicação se dá pela imagem, gestos e língua de sinais. Já que a maioria é ouvinte, deveria aprender algumas palavras, frases em língua de sinais para começar a estabelecer a comunicação, pois, para os surdos, visto que não possui (fisicamente) canal auditivo competente para ouvir, é necessário que os ouvintes devam esforçar-se para que não haja barreiras de impedimento entre alunos com a surdez e ou dificuldades de audição e alunos sem comprometimentos com a oralidade (VAMBOMMEL, 2010).

Por isso Alves; Sales; Moreira (2013, p. 201) explica a finalidade do ensino da disciplina de Educação Física:

Ao considerar a Educação Física como área de conhecimento do currículo escolar que tem como objetivo de estudo a cultura corporal de movimento, ela é destacada como importante no desenvolvimento educacional, por utilizar expressão corporal e o movimento como formas de comunicação não verbal. Por meio do jogo, do esporte, das lutas, da ginástica e da dança pode e transmitir comportamentos, sentimentos, valores coletivos e sociais, como também propiciar a descoberta de novos conhecimentos e promover o desenvolvimento integral de indivíduos com deficiências (ALVES; SALES; MOREIRA, 2013, p. 201).

Estimular o aluno com algum tipo de limitação às aulas práticas de Educação física é necessário para que esse aluno não se sinta excluído, mas seja comparado a um indivíduo com suas peculiaridades e capacidades a serem trabalhadas. A educação física adaptada e a inclusiva, são fontes necessárias para se unir aos atributos ligados as competências e habilidades do professor em atuação.

Orientações metodológicas para a Educação física inclusiva

Além da função básica, a audição permite receber e interpretar sons externos, enquanto a visão possibilita um campo de apenas 180º de abrangência, a audição proporciona 360º, a priori, cabe ao professor estimular e motivar o surdo nas atividades prática. No plano emocional, Freitas; Cidade (1997) relata que:

Os surdos têm tendências a apresentar maior emotividade, menor autodomínio, introversão acentuada, atraso na maturidade psicológica, maior tendências a neuroses, profundos sentimentos de inferioridade, ausência de precisão e rigidez de pensamentos, assim como uma falta de controle intelectual sobre os impulsos (CIDADE; FREITAS, 1997, p. 53).

Para Diehl (2008) o estímulo é importante para o bom desenvolvimento:

Quando os surdos são estimulados precocemente e têm um bom convívio social, tais comportamentos tendem a desaparecer ou mesmo não se fazer presentes. Alguns critérios metodológicos devem ser observados no intuito de evitar esse quadro; se a criança ou jovem não for estimulada adequadamente, não freqüentar uma escola que a auxilie a desenvolver seu potencial e não comunicar em LIBRAS, seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional pode ser prejudicado (DIEHL, 2008).

As aulas de Educação física devem ser organizadas do simples para o complexo, ou seja, atividades já vivenciadas e abstraídas deverão vir antes das atividades não automatizadas pelos alunos, obedecendo à faixa etária, “exija ou releve na execução das atividades sempre conforme a capacidade do aluno” (DIEHL, 2008):

Durante a explicação, a atenção seletiva do aluno, principalmente das crianças, pode desviar-se com facilidade, o que corta a comunicação. Conseqüentemente, o professor deverá retomar a atenção do aluno, com o que poderá ocorrer diversas vezes. Isso requer paciência. É importante que o professor esteja certo da atenção dos alunos no momento da explicação, pois, se um estiver desatento, será necessário explicar mais de uma vez, retardando o início da atividade. Quando o professor percebe que o aluno está disperso, uma boa estratégia é gesticular para que ele volte sua atenção para a explicação (DIEHL, 2008, p. 57).

É primordial, a posição adequada do professor no campo visual em torno de apenas 180°. Nos jogos, é preciso levar em consideração o período egocêntrico e de desenvolvimento do simbolismo. A criança surda, nesse período, por usar apenas a visão como percepção da comunicação, possui uma atenção seletiva reduzida, já sua percepção de comunicação é apenas visual. De acordo com Zuccheti (2011):

O Professor de Educação Física, através de sua prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento social, contribui sobremaneira no campo da educação inclusiva, fazendo uso de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, que estimulam a criatividade, a expressão corporal, a liberdade de movimentos, a ludicidade, enfim, implementam atividades capazes de proporcionar aos alunos experiências que favorecem a cooperação, a sociabilidade, bem como o seu desenvolvimento psicomotor (ZUCCHETI, 2011).

Explique a atividade antes de dispor o material esportivo/recreativo para os alunos. É necessário distribuir diferentes tipos de materiais, faça-o explorá-los livremente, os alunos tendem a se dispersar. Para Diehl (2008) “[...] se precaver e organizar em duplas, para que um auxilie o outro no atendimento das atividades, utilizar materiais para delimitar, de forma concreta, o espaço que será ocupado no jogo, bem como substituir os recursos auditivos por pistas visuais”.

A seguir, os autores Diehl (2008), Bueno; Resa (1995), Ferreira; Freitas (2002) dentre outros, destacam as seguintes concepções relevantes à execução das atividades nas aulas de Educação física adaptada:

Ao planejar atividades recreativas, procure fazer com que sejam visualmente interessantes, utilizando cores, materiais de diferentes tamanhos e formas, múltiplos objetos com disposição variada. Esses recursos são valiosos para reter a atenção dos alunos, especialmente das crianças. Para a realização de jogos, o ideal é que os grupos formados sejam pequenos. Cada tarefa, por exemplo, não deve ter mais de 6 alunos em cada coluna, para que todos possam participar da atividade com a mesma motivação, sem ter de aguardar muito tempo para realizar a tarefa proposta (DIEHL, 2008, p. 57).

De acordo com Diehl (2008) segue algumas precauções, mediante a aplicação das atividades, para melhorar o desempenho e a segurança. Para Cidade; Freitas (2002) apud Bueno; Resa (1995):

O planejamento de atividades para portadores de deficiência auditiva considera-se: a posição do educador no momento das instruções e a clareza das explicações. Utilizações de sinais visuais; adequação do número de participantes nas atividades em grupo (especialmente os exercícios de equilíbrio); utilização de recursos materiais para enriquecer a aula. No planejamento, o professor deve observar o seu envolvimento com o educando deficiente auditivo (CIDADE; FREITAS, 2002 apud BUENO; RESA, 1995).

Segundo Ferreira (1994) “propõe que se devem considerar as limitações, mas enfatizando as capacidades, informando-se sobre as causas e gravidades da lesão e, se for necessário, deve-se procurar ajuda da família ou de outros profissionais envolvidos com o deficiente”. “O educador deve ter um cuidado especial na escolha adequada da metodologia, bem como do material utilizado e sua aplicação com diferentes alunos e situações” (FERREIRA, 1994; BUENO; RESA, 1995; PÉREZ, 1995). Para Ferreira; Freitas (2002):

Devem-se analisar os objetivos, seqüenciando-se, seguindo uma evolução adequada, para facilitar o progresso do educando, se for necessário,

ensinar a tarefa por partes para que depois o aluno possa realizá-la totalmente, tentar alcançar a máxima individualidade do educando, a maior participação possível e estimular a criatividade, utilizar atividades baseadas na resolução de problemas e, em determinados momentos, baseadas em estilos dirigidos e incentivar a participação, a colaboração e a socialização dos educandos através da adaptação às regras, das trocas constantes de pares e dos exercícios em grandes grupos (FERREIRA; FREITAS, 2002).

“A adaptação da metodologia aos objetivos propostos e às características pessoais dos educandos para os quais se dirige o processo de aprendizagem é a meta da educação física adaptada” (BUENO; RESA, 1995). É importante destacar que durante cada atividade e, principalmente, quando estiver falando, o educador deve manter-se de frente para o aluno, não mudar constantemente as regras de uma mesma atividade e procurar utilizar os mais eficientes meios para uma comunicação realmente eficaz. De acordo com Bueno; Resa (1995):

Propõem atividades com a finalidade de orientar o educador em sua prática com educandos surdos, como: coordenar dinâmicas das mãos: conhecimento dos dedos e seus movimentos, coordenação óculo-manual: conduções, lançamentos, lançamento/recepção e variações com diferentes materiais de jogos como cartas de baralho, peteca, pingue-pongue, iô-iô, tênis de campo, coordenação dinâmica geral: marcha e suas variações, corrida e suas variações, salto e suas variações. Os exercícios de equilíbrio e suas variações (CIDADE; FREITAS, 2002).

O controle segmentário dos membros superiores e inferiores: exercícios de contração e descontração, balanceios, rotações, variações de ritmos, intensidade, planos etc., orientação espacial: exercícios de lateralidade e organização espacial, estruturação espaço-temporal: noções de intensidade e tempo e conhecimento do corpo/esquema corporal: envolve a mobilização do corpo, controle segmentário e lateralidade. De acordo com Santos (1995):

Alguns indicadores para a seleção de atividades com alguns alunos surdos são: conhecimento do corpo, percepção espacial, coordenação óculo-motriz, destreza manual, equilíbrio, coordenação dinâmica geral, atividades que estimulam os sentidos, jogos educativos em atividades coletivas e jogos desportivos (SANTOS, 1995).

“Finalmente, acredita-se que a Atividade física, quando realizada adequadamente, pode promover maior interação entre o portador de deficiência auditiva e os colegas ouvintes, o que favorece sua comunicação e sua adaptação social” (CIDADE; FREITAS, 2002).

No caso do processo de inclusão para surdos nas aulas de educação física em um contexto geral da escola, cabe não só a escola (professores, pedagogos, diretores), mas a própria família de modo geral confiar nas potencialidades do portador da surdez, considerando-o capaz de trabalhar, de estudar, de ter sua independência, de praticar esportes entre outras tantas coisas que seus amigos, colegas que a sociedade dita normal pode praticar.

CONCLUSÃO

Levando-se em consideração os aspectos acordados nesta temática, considerando as práticas da educação física intrínseca a adaptada ou inclusiva, contribuem para o desenvolvimento global do aluno, a educação física tem um importantíssimo papel de potencializar as capacidades e habilidades, seja para o aluno com deficiência ou não, tanto no desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo. No entanto, efetiva-se dessa forma o respeito à inclusão do indivíduo com suas potencialidades no ambiente educacional.

As práticas da educação inclusiva exigem um ambiente visível à acessibilidade e adaptado, proporcionando aos alunos interagir entre os demais e conseqüentemente assegurando os seus direitos igualmente. Porquanto, a educação física busca através do ensino inclusivo provocar reações que motivem o ato de conscientização e aceitação da heterogeneidade.

Para o professor, cabe a especialização, é de sua responsabilidade a busca pelo conhecimento, a priori, ao atendimento educacional especializado no que diz respeito às pessoas com deficiência, surdez, é fundamental o aprofundamento das especificações, das limitações e das capacidades de cada aluno, nesse caso, facilita o professor no momento de elaborar o seu plano de aula.

Faz-se necessário a conscientização por parte de todos os envolvidos na educação inclusiva, é essencial sensibilizar a sociedade, a familiar, o corpo docente e os governantes da importância de interagir com a diversidade nas aulas de educação física escolar, contribuindo para a promoção da saúde e da qualidade de vida e para o completo bem estar do aluno surdo.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. P.; SALES, Z. N.; MOREIRA, R. M. **Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar**. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p. 192-204. Bahia, 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BRASIL. **Lei 13.146, 2º e 8º art.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: <http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2ª. Ed. Brasília: CORDE, 1994.

BETTI, M. Ensino de 1º. e 2º. **Graus: Educação Física para quê?** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 13, n. 2, p. 282-7, 1992.

CF – Constituição Federal do Brasil. **Artigo 5º**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CAPUTO, M. E.; FERREIRA, D. C. **Contribuições das brincadeiras infantis na socialização e inclusão de crianças com Síndrome de Down**. Temas sobre Desenvolvimento, v.9, n.52, p.25-30, set/out, 2000.

CIDADE, Ruth Eugênia Amaranto; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPA, 2002.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S de. apud BUENO, S. T.; RESA, J. A. Z. **Educacion física para niños y niños com com necessidade educativas especiales**. Málaga: Aljibe, 1995.

CIDADE, R. E. A; FREITAS, P. S. apud LAFON J. C. **Noções sobre Educação física e desporto para portadores de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus..** Uberlândia: Gráfica Breda, 1997.

CIDADE, R. E. A; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação física e desporto para portadores de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus..** Uberlândia: Gráfica Breda, 1997.

CNE/PC – **Conselho Nacional de Educação** – Pleno Resolução Nº 2, DE 01/072015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças**. Revista Nova Escola. São Paulo, vol. 20, nº 182, 2005.

DIEHL, Risilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens deficientes: em situação de inclusão e em grupos específicos**. Jogos para crianças e jovens com deficiência. 2. ed, São Paulo: Phorte, 2008.

DIEHL, R. M. FERREIRA, P. S. apud DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens deficientes: em situação de inclusão e em grupos específicos**. Jogos para crianças e jovens com deficiência. 2. ed, São Paulo: Phorte, 2008.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FALKENBACH, A. P. SANTOS, H. G. dos; **Aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência visual: os processos compensatórios de Vygotski**. In: Revista Digital - Buenos Aires - Ano 13 - Nº 122 - Julio de 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd122/desenvolvimento-da-crianca-com-deficiencia-visual.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FONSECA, Victor da. **Educação especial: programa de estimulação precoce - uma introdução as idéias de Feuerstein - 2. Ed. rev. aumentada – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.**

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. RODRIGUES, David (org). *Inclusão e educação*-doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FERREIRA, S. apud CIDADE, Ruth Eugênia Amaranto; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPA, 2002.

FERREIRA, S.. ADAMS, R. C. apud CIDADE, Ruth Eugênia Amaranto; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPA, 2002.

GIL; SANTOS; VERGARA apud MENDOÇA, Gismália Marcelino. **Manual de Normalização para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. 3 ed. Salvador: UNIFACS, 2013.

GUEBERT, Miriam Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

LBI – Lei Brasileira de Inclusão. **Lei nº 13.146, 06/07/2015, artigo 8º**. Disponível em: <<http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei no 9.394/1996** – Lei no 4.024/1961. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

MAZZOTA, Marcos J.Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MAZZOTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: história e política públicas**. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windyz Brazão. Porto Alegre: Artmed, 2008. RODRIGUES, David. A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. Rev. da Educação Física/ UEM Maringá, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

OLIVEIRA, E. C. apud FERREIRA, S; ADAMS, R. C. **Jogos na educação de surdos**: proposta de uso de objetos de aprendizagem. In: V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas – EPEAL, 2010, Maceió. Anais... Maceió: UFAL, 2010. p. 1-17.

PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas**. In C. Skliar (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física**. Ministério da Educação/Secretaria do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF. v. 7, 1998.

PCN – **Parâmetros curriculares nacionais**: Secretaria de Educação Fundamental. Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. 2. Ed. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

SOLER, Reinaldo. **Educação Física inclusiva: em busca de uma escola plural**. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. 2ª ed.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia de Pesquisa**. 2 ed. Curitiba: IESDE BRASIL, 2009.

VAMBOMMEL, C. M. Eliane. **A surdez**: da gênese à educação inclusiva. Revista Espaço da Sophia. Outubro de 2010.

ZUCCHETI, D. T. **A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 197 - 218, ago. 2011.

WRIGLEY, Oliver. **Política da Surdez**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.